



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

FRANCISCO ORLANDO CEZARIO

OS RECURSOS DO PDDE E AS PRIORIDADES DEFINIDAS PELA ESCOLA

**CAJAZEIRAS-PB
2015**

FRANCISCO ORLANDO CEZARIO

OS RECURSOS DO PDDE E AS PRIORIDADES DEFINIDAS PELA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção de título de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, orientado pelo professor Dr. Francisco das Chagas de Loiola Sousa.

**CAJAZEIRAS-PB
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço- Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

C425r Cezário, Francisco Orlando
Os recursos do PDDE e as prioridades definidas pela escola. /
Francisco Orlando Cezário . Cajazeiras, 2015.
34f.
Bibliografia.

Orientador (a): Prof. Francisco das Chagas de Loiola Sousa.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Política Educacional. 2. Conselho escolar. 3. PDDE.
I. Sousa, Francisco das Chagas de Loiola. II. Título.

UFCG/CFP/BS CDU –37.014.5

FRANCISCO ORLANDO CEZARIO

OS RECURSOS DO PDDE E AS PRIORIDADES DEFINIDAS PELA ESCOLA

DATA DE APROVAÇÃO _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco das Chagas de Loiola Sousa
UFCEG/CFP/UAE
Orientador

Profª. Msª. Stella Marcia de Moraes Santiago
UFCEG/CFP/UAE
Examinadora titular

Profª. Drª. Maria Janete de Lima
UFCEG/CFP/UAE
Examinadora titular

Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes
UFCEG/CFP/UAE
Examinador suplente

Dedico este trabalho, em especial, aos meus pais Espedita e Antonio, pelos cuidados durante a formação docente.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradecemos a Deus por nos dar coragem para concluir o Curso de Pedagogia. Aos meus pais Espedita e Antonio por sempre incentivarem a nossa formação docente. Aos meus irmãos Manoel Carlos, Fátima, e Aparecida que estiveram juntos colaborando e contribuindo para alcançar os objetivos propostos. A todos da Família Cezario que contribuíram na trajetória escolar. Ao professor Dr. Francisco Loiola que esteve, todo tempo, nos orientando e contribuindo para que a nossa aprendizagem se aperfeiçoasse de forma prática e eficiente. Aos professores da Banca Examinadora, pela colaboração. Aos membros do conselho escolar pela colaboração na entrevista.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo analisar quais são as prioridades definidas em relação aos recursos do PDDE, além de investigar as concepções dos membros sobre as prioridades escolares em face aos desafios diante das exigências da legislação educacional. A técnica utilizada para a coleta dos dados foi a entrevista semi-estruturada. Assim, elaboramos um roteiro de questões que, conforme a necessidade, foram incorporadas outras durante a sua realização. Desse modo, a partir dos relatos textuais dos membros do conselho escolar em uma escola pública, percebemos que o financiamento das políticas educacionais do PDDE é um instrumento relevante para a escola. Os recursos do PDDE são para o custeio dos materiais e não podem ser aplicados no pagamento do salário dos professores. Nesse sentido, entendemos que os membros do conselho são quem definem as prioridades através de reuniões nas quais todos os membros podem indicar as necessidades mais urgentes da escola. A presidenta do conselho escolar priorizou mais os materiais pedagógicos para a sala de aula, buscando melhorar o ensino dos alunos; enquanto o secretário do conselho destaca como prioridades matérias de expediente, de limpeza e os materiais permanentes para a secretária da escola. As prestações de contas dos recursos recebidos eram realizadas, inicialmente, pela prefeitura, a qual envia os dados online para o FNDE. A fiscalização das contas do conselho escolar também era acompanhada pelo Tribunal de Contas dos Municípios e os teóricos base da pesquisa (ADRIÃO; PERONI, 2007), (ARENDDT, 2008), (BASSI, 2011), (BOGDAN; BIKLEN, 1994), (RIBERO, 2007), (SANTOS, 2003), (SOUSA, 2015), (SOUSA, 2012).

Palavras-chave: PDDE. Políticas educacionais. Conselho escolar.

ABSTRACT

This Work of Conclusion of Course (TCC) has as objective analyze what are the priorities defined by the school council in relation to resources of the PDDE, beyond of investigate the conceptions of the members of the school council about the school priorities in face to the challenges of school council against of the exigency of educational legislation. The technique used for the collect of the data was the semi-structured interview. Like this, we elaborate a guide of questions that, according to the necessity, have been incorporated others during their realization. Thus, from the of the text reports of the members of the school council in a public school, we realized that the funding of the educational policies of the PDDE is an important instrument for the school. The resources of the PDDE are for the defrayment of the materials and cannot be applied in the pay of the salary of the teachers. In this sense, we understand that the members of the council are who define the priorities through of reunions in which all members can indicate the necessities most urgent of the school. In this investigation, we find that the president of the school council prioritized more the pedagogical materials for the classroom, seeking to improve the teaching of the pupils; while the secretary of the council detach as priorities materials of expedient, of cleaners and permanent materials for the secretary of the school. We find still that the instalments of account of the resources received were realized, initially, by the prefecture, which sends the data online for FNDE. The oversight of the accounts of the school council was also accompanied by the tribunal of accounts of the Municipalities theoretical basis and research (ADRIÃO; PERONI, 2007), (ARENDE, 2008), (BASSI, 2011), (BOGDAN; BIKLEN, 1994), (RIBERO, 2007), (SANTOS, 2003), (SOUSA, 2015), (SOUSA, 2012).

Keywords: PDDE. Educational policies. School Council.

LISTA DE SIGLAS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB), Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), Unidades Executoras (UEX), Círculo de Pais e Mestres (CPM), Associação de Pais e Mestres (APM), Tribunal de Contas da União (TCU).

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| CAPÍTULO I – O PDDE E AS PRIORIDADES DEFINIDAS PELA ESCOLA..... | 13 |
| CAPÍTULO II – OS RECURSOS DO PDDE E AS PRIORIDADES DEFINIDAS PELO CONSELHO ESCOLAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA..... | 19 |
| CONCLUSÃO..... | 27 |
| REFERÊNCIAS..... | 28 |
| ANEXO..... | 30 |

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresenta o Programa Dinheiro Direto na Escola e tem como objetivo analisar quais são as prioridades definidas pelo conselho escolar em relação aos recursos do PDDE. Nesse sentido, procuramos investigar as concepções dos membros do conselho escolar sobre as prioridades definidas pelo conselho escolar de uma escola pública do município de Bonito de Santa Fé e verificar em uma instituição de ensino quais são os desafios do conselho escolar diante as exigências do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Sobre a metodologia, nós trabalhamos a entrevista semi-estruturada com dois membros do conselho escolar em uma escola pública do Município de Bonito de Santa Fé/PB. Assim, elaboramos um roteiro de questões que, em virtude das necessidades surgidas no decorrer das entrevistas, incorporamos outras questões durante a sua realização.

Para uma melhor compreensão dos dados coletados, em acordo prévio com a presidenta e o secretário do conselho escolar, as entrevistas foram gravadas através de um celular, e, logo em seguida, transcritas para serem transformadas em relatos textuais para posterior análise.

A presente pesquisa foi realizada no mês de maio de 2015. A esse respeito, encontramos algumas dificuldades, a exemplo da vice-presidenta do conselho escolar da referida escola que se negou a fornecer as informações porque, alegou ela, não tinha acesso às informações do conselho escolar.

Para melhor fundamentar nossa fundamentação teórica e metodológica, utilizamos o livro de **Pesquisa Qualitaiva em Educação**, dos autores Bogdan e Biklen (1994), que foi bastante útil para realizar este trabalho.

O interesse pelo tema surgiu a partir da disciplina de Pesquisa em Educação I, do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras, quando tivemos que escolher um tema para nossa futura monografia. Pretendemos, inicialmente, pesquisar a atuação do gestor escolar frente aos desafios educacionais contemporâneos. Mas estava muito abrangente. Tínhamos em mente investigar essa temática porque, particularmente, percebíamos que a gestão escolar é, historicamente, uma área de atuação feminina, embora venha tendo a participação significativa de homens. Mas investigar o caráter feminino na gestão escolar levaria muito tempo diante dos nossos propósitos de pesquisa.

Começamos, primeiramente com as leituras do livro **Temas de Educação: olhares e caminhos**, em especial, no capítulo 11 no que diz respeito a gestão escolar entre o pessoal e profissional (SOUSA, 2015). Sousa mostra os programas realizados na escola, através do governo, e, por isso, surgiram inquietações em saber como estão sendo aplicados nas escolas públicas os recursos oriundos do PDDE.

O PDDE é um programa das políticas educacionais de fundamental importância para o desenvolvimento da escola. É, a partir dele, que são disponibilizados os recursos financeiros em uma instituição de ensino pública para serem administrados pelo conselho escolar, o qual deve investir, prioritariamente, no custeio dos materiais que atendam as necessidades escolares.

Para melhor compreensão dessa temática, organizamos nosso trabalho em dois capítulos. O primeiro capítulo traz uma abordagem teórica sobre os recursos do PDDE e as prioridades definidas pela escola. Nessa perspectiva, procuramos expor assuntos como o salário-educação, que financia esse programa, a origem do PDDE e sobre a organização dos conselhos escolares, que têm autonomia para decidir sobre as compra dos materiais utilizados no cotidiano escolar.

O segundo capítulo apresentará a análise dos dados coletados sobre os recursos do PDDE e as prioridades definidas pelo conselho escolar em uma escola pública, na qual analisaremos os relatos dos membros desse conselho com base em autores que tratam sobre a gestão escolar democrática e o PDDE (RIBEIRO, 2007); implicações do PDDE na gestão escolar (ADRIÃO; PERONI, 2007) e o financiamento da educação no Brasil (BASSI, 2011). Por último, realizamos uma breve conclusão da nossa pesquisa.

CAPÍTULO I – O PDDE E AS PRIORIDADES DEFINIDAS PELA ESCOLA

O capítulo visa refletir sobre os recursos do PDDE e as prioridades definidas pela escola. Assim, procuramos expor suas principais implicações em relação ao conselho escolar, além dos conceitos que este apresenta.

Desta forma, compreendemos que o financiamento das políticas educacionais é um instrumento de grande relevância para o desenvolvimento da escola. Nesse sentido, é através dele que podemos observar meios de arrecadação, repasse e aplicação dos recursos tendo como base o ensino.

Nesse sentido, os recursos do PDDE são oriundos do salário-educação, que existe desde 1964, como fonte adicional de recursos financeiros para o ensino:

O salário educação surgiu em 1964, para cobrir despesas de manutenção de rede escolar. É recolhido com base em uma alíquota de 2,5% sobre a folha de contribuição das empresas, repassada mensalmente em favor do Instituto Nacional do Seguro Social/INSS. Tem a finalidade específica de suplementar as despesas públicas com a educação elementar. Distribuição: um terço é destinado ao Governo Federal e os outros dois terços ao governo estadual na proporção da arrecadação realizada em seu território. A quota federal é destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, aplicados em ações e projetos. O salário educação tem como objetivo assegurar as condições materiais para viabilizar os gastos na formulação e implementação das políticas educacionais. (SANTOS, 2003, p. 212-213).

Recentemente, os recursos do salário-educação passaram a financiar o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Esses recursos são para o custeio dos materiais utilizados no cotidiano da escola e não podem ser aplicados no pagamento de salário dos professores, que atualmente fica sob a responsabilidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB).

Os recursos do PDDE são repassados de acordo com as necessidades de cada região brasileira, e considerando, principalmente, o censo escolar, o qual é por meio dele que os montantes de recursos são contabilizados e repassados.

Segundo Adrião e Peroni (2007, pp. 258-259):

De maneira a visualizar tais valores, tem-se que uma escola com até 50 alunos recebeu R\$ 500,00, ao ano, nas regiões Sul, Sudeste e no Distrito Federal, e nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, R\$ 600,00 (em valores da época). Escolas consideradas de médio a

grande porte (de 751 a 100 alunos) receberam, nas regiões consideradas mais ricas, R\$ 6.300,00, enquanto para aquelas como o mesmo número de alunos e localizadas nos estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste o repasse foi de R\$ 8.900,00.

Os recursos desse programa são depositados uma vez por ano na conta de escolas com, no mínimo, 50 alunos; e as que não tenham esse percentual de alunos matriculados deverão receber por meio de convênios firmados entre as prefeituras ou as Secretarias de Educação Municipais.

Ao analisar os recursos do salário educação na Paraíba, entendemos que uma escola com 50 alunos e a quota de 600,00, ela recebeu cerca de 12 reais por cada aluno/ano matriculado no ano anterior. Nessa perspectiva, “em uma primeira aproximação, a tendência é minimizar a importância do PDDE, uma vez que o valor per capita anual é pouco significativo”. (ADRIÃO; PEONI, 2007, p. 259).

Com isso, podemos observar que Adrião e Peroni (2007, p. 259), fazem uma crítica ao programa porque traz poucos recursos para a escola e não disponibiliza nenhum acréscimo além daquele recurso já repassado.

Assim, no Brasil, segundo Adrião e Peroni (2007, p. 257), as indagações sobre a criação do PDDE remontam ao ano de 1995, quando começaram a perceber a falta de recursos nas instituições de ensino públicas atender as suas necessidades básicas; e isso não favorecia o desenvolvimento do ensino, o que era alvo de críticas dos profissionais da educação.

A Resolução n. 12, de 10 de maio de 1995, mostra que a função do PDDE, era “agilizar a assistência financeira aos sistemas públicos de ensino, para cumprimento do disposto no artigo 211, da Constituição Federal de 1988”. (BRASIL, 1988 apud ADRIÃO; PERONI, 2007, p. 257). A partir disso, na escola, observa-se que o PDDE surgiu como Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), coordenado pelo FNDE, e apenas, na “Medida Provisória n. 1784, de 14 de dezembro de 1988”, foi que passou a se chamar PDDE. (ADRIÃO; PERONI, 2007, p. 257). Esse programa tem o objetivo principal de repassar os recursos para as instituições de ensino públicas, especialmente aquelas mais carentes de recursos financeiros.

Para que se possam ter acesso aos recursos do PDDE, “o programa exige, como condição para o recebimento dos recursos diretamente pelas escolas, que sejam Unidades Executoras (UEX), entidades de direito privado, sem fins lucrativos e que possuam representantes da comunidade escolar”. (ADRIÃO; PERONI, 2007, p. 258).

Diante do exposto, começou-se a discutir na escola a criação de uma unidade executora para administrar os recursos do PDDE, destinados pelo FNDE, e isso implicava, necessariamente, no aumento da participação de todos os representantes da comunidade escolar para conduzir o programa, ou seja, o aumento também da carga horária de trabalho na escola, especialmente por parte dos gestores (SOUSA, 2015).

Esse estudo é de fundamental importância, pois nos traz uma visão mais aprofundada das teorias sobre o PDDE e dos métodos a serem aplicados no mesmo. Ao estudar sobre esse assunto, percebemos que uma das principais implicações que este programa apresenta, é o elo que este faz entre os recursos do PDDE e as prioridades definidas pela escola. Isso é muito importante porque podemos desenvolver nossas habilidades nas políticas educacionais, quando participamos dos conselhos escolares.

Como afirmamos anteriormente, observa-se que o conselho escolar tornou-se um espaço de experiências e atuação para deliberar sobre os recursos públicos destinados especialmente para as necessidades essenciais da escola, definidas pelos membros que compõem esses conselhos.

Para Adrião e Peroni, (2007, p. 260):

[...] a proposta de transformação dos conselhos escolares em unidade executora assumiu um caráter de disputa política entre diferentes segmentos da educação. O dilema vivido pelos sistemas relacionava-se à opção em alterar a natureza jurídica dos conselhos escolares, transformando-os em unidade executora, cuja consequência seria a instalação de uma instituição de direito privado na esfera da gestão da escola ou, de outro modo, o fortalecimento do Círculo de Pais e Mestres (CPM), estrutura análoga às Associações de Pais e Mestres (APM), tradicionalmente menos democrática e, em muitos casos, não subordinada ao controle de colegiado gestor.

No que se refere a formação do conselho escolar é formado pelo representante dos professores, alunos, pais de alunos e funcionários. O conselho é um órgão colegiado que tem a função de cuidar sobre as questões político-pedagógica, administrativa e financeira da escola. Os membros do conselho são eleitos através de eleições a cada dos anos tendo em vista a legislação educacional dos municípios.

Dessa forma, o conselho escolar se estrutura a partir do presidente que geralmente é o diretor escolar, mas por suas ocupações muitas das vezes coloca um professor. Além disso, tem o vice-presidente, o tesoureiro ou o secretário que podem ser representado pelo um membro da equipe gestora da escola.

Desse modo, a indicação de criação de uma unidade executora para gerir a aplicação dos recursos do PDDE ficou sobre a responsabilidade do conselho que deverá tomar todas as decisões mais importantes para usar os recursos como na compra dos produtos, fazer as pesquisas de preço, e perceber onde vai investir as verbas.

Assim sendo, é importante os membros analisarem quais são as prioridades definidas pelo conselho escolar em relação aos recursos do PDDE, especificamente investigar as concepções dos membros do conselho escolar acerca do trabalho com o PDDE e verificar os desafios do conselho escolar diante das suas exigências.

Fundamentadamente, o conselho escolar deve conceber o PDDE como um programa das políticas educacionais que busca melhorar a qualidade do ensino. De acordo com Ribeiro (2007, p. 201), “o PDDE, referenciado no discurso oficial, educação para a cidadania, aponta possibilidade de gestão de recursos financeiros na escola de modo democrático, propõe que as escolas realizem melhorias na estrutura física e pedagógica”.

Dessa forma, as prioridades na escola podem ser definidas através de reuniões, nas quais todos devem participar para indicar, por exemplo, a compra dos materiais de consumo como cartolina, tesoura, borracha, folha de ofício, cadernos de atas para as reuniões, matérias didáticos/pedagógicos, esqueletos, globos terrestres para as aulas de geografia, jogos pedagógicos, que auxiliam na aprendizagem dos alunos, materiais permanentes, ventiladores para a sala de aula, fogão, geladeira, mobiliários para a sala dos professores, computadores, DVD, data show, materiais de manutenção tinta, blocos, telhas, materiais para a instalações elétricas, interruptores, fios, tomas e os materiais de segurança, como cadeado e fechadura e materiais esportivos como bolas.

Podemos entender melhor sobre os materiais com Dourado (2007, p. 932), quando diz que:

Os recursos, oriundos predominantemente do salário-educação, são destinados à aquisição de material permanente e de consumo necessários ao funcionamento da escola; à manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar, à capacitação e ao aperfeiçoamento de profissionais da educação; à avaliação da aprendizagem; a implementação do projeto político pedagógico.

Desta forma, esses materiais são utilizados nas atividades realizadas em sala de aula, na formação continuada dos professores, na construção do projeto político pedagógico da escola e também outros projetos desenvolvido pela instituição escolar.

Na nossa compreensão o PDDE é um programa relevante do Governo Federal, pois visa os interesses da própria comunidade escolar, apesar dos poucos recursos destinados a esse programa. Com esses interesses podemos defender a ideia de que o PDDE é uma forma da escola ter mais autonomia para aplicar determinados recursos financeiros de acordo com as prioridades definidas pelo conselho escolar. É, nesse contexto, que o PDDE traz algumas inovações para que a gestão escolar se torne cada vez mais responsável na aplicação de parte dos recursos educacionais.

A prestação de contas *online* pelo Ministério da Educação é oportuna, devido os municípios da Paraíba, que ficam muito distante do Poder Central, facilita o acompanhamento dos gastos juntamente com os Tribunais de Contas dos Municípios. Assim, o representante da escola pode fazer as prestações de contas usando os avanços da tecnologia, no caso o computador e a internet, para agilizar o repasse de futuros recursos.

O PDDE se caracteriza no campo educacional também pelos incentivos ao financiamento privado na escola pública. Isso significa que a escola poderá buscar alternativas para arrecadar recursos na própria comunidade escolar, através de ações junto a comunidade escolar.

Com relação a isso, Fonseca (2003, p. 312 apud YANAGUITA, 2013, p. 56):

mostra que não é objetivo desses programas transferir dinheiro suficiente para que as escolas se mantenham totalmente, para suprir as suas necessidades mais urgentes. Como as verbas ordinárias do governo também não suprem as necessidades básicas, as escolas devem realizar alguma forma de arrecadação de dinheiro.

Ao observarmos a reflexão proposta acima pelos autores, destaca-se a captação de recursos pela própria comunidade escolar, na qual a escola poderá arrecadar os recursos por meio de bingos, festas e pelo pagamento de matrículas dos alunos (FONSECA, 2003, p. 312 apud YANAGUITA, 2013, p. 56). Isso indica uma fragilidade do PDDE, pois a cobrança na matrícula dos discentes dá margem para a privatização do ensino, que é uma fragilidade das políticas implantadas de alguns governantes atuais, os quais querem privatizar a educação pública.

A partir da discussão em torno do PDDE, é pertinente destacar que devemos incentivar uma escola pública, com todos participando de forma democrática. Os recursos do PDDE nos possibilitam realizar democraticamente a compra de uma impressora na qual podemos utilizar para tirar copia de textos sobre cotação de histórias para trabalhar com as crianças.

Dessa forma, entende-se que os inúmeros problemas existentes nas escolas brasileiras tornaram-se necessários o financiamento da educação pública para amenizar as dificuldades materiais da escola. Mas isso ainda é uma incógnita para os que buscam alternativas de melhorias nas políticas educacionais implementadas pelo Governo Federal, o qual tem se retirado um pouco enquanto investidor de recursos para as necessidades das instituições de ensino públicas.

Portanto, a nossa pesquisa tem o propósito de mostrar, por meio dessa investigação, um pouco das dificuldades que as escolas públicas vêm enfrentando em seu cotidiano.

A seguir, o próximo capítulo continuará a nossa reflexão através de uma análise dos dados coletadas no que diz respeito ao PDDE e os materiais pedagógicos e administrativos definidas pelo conselho escolar em uma escola pública, o qual foi realizado por meio de uma entrevista com o secretário e a presidenta do conselho escolar.

CAPÍTULO II – OS RECURSOS DO PDDE E AS PRIORIDADES DEFINIDAS PELO CONSELHO ESCOLAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA

O conselho escolar em uma escola pública do município de Bonito de Santa Fé é formado por um representante dos alunos no 5º ano, outro dos pais de alunos, 1 (um) dos funcionários (auxiliar de serviços gerais), 3 (três) dos professores sendo que uma representa o magistério, 1 (uma) assume a vice-presidência, a presidenta leciona no Pré Escolar e no Maternal C e o secretário exerce a função de diretor adjunto.

Neste segundo capítulo apresenta a análise dos dados coletados sobre os recursos do PDDE e as prioridades definidas pela escola. Assim, realizamos a entrevista com a presidenta e o secretário que estão com três vezes frente ao conselho escolar. A esse respeito, **na primeira questão, quando perguntamos aos membros do conselho quanto vem de recursos**, o secretário respondeu que recebeu o total de 2.420,00 reais, dividido nas aplicações de capital e custeio. Já a presidente comenta que, além disso, fomos beneficiados com o valor de 6.500,00. Vejamos melhor nos relatos a seguir:

O PDDE escola no ano de 2014 foi dividido os recursos. O Governo Federal dividiu em duas parcelas de 2420,00. Essas parcelas ainda são divididas por aplicações, que são capital e custeio, onde para custeio foi 1.936,00 reais e para capital 484,00 reais. Antigamente, ele mandava uma parcela só, mas agora só manda dividido porque foi uma nova reformulação da lei. Então, ele dividiu, mas o PDDE da escola mesmo é 4.840,00 reais no total; só que o ano passado agente só recebeu uma dessas parcelas nesse valor de 2.420,00 reais. (O SECRETÁRIO).

No exercício de 2014 a escola foi contemplada com o PDDE educação básica, que recebeu apenas uma parcela de 2.420,00 reais, sendo que desses 2.420,00 reais, 80% são para custeio e 20% capital. Também foi contemplada pelo PDDE campo onde recebeu a primeira parcela de 6.500,00 reais, também 80% desse recurso para custeio e 20% para capital. (A PRESIDENTA).

Podemos afirmar, conforme o relato dos membros do conselho escolar, que os recursos do PDDE vêm do salário-educação. Nesse sentido, o salário-educação “é um tributo cobrado das empresas e corresponde a 2,5% sobre o valor da folha de pagamentos do INSS, os recursos arrecadados são destinados ao FNDE, para os programas.” (BASSI, 2011, p. 8). A partir disso, os recursos são repassados aos estados e seus municípios de acordo com o número de matrículas do censo escolar do ano anterior.

Na segunda questão, na qual indagamos aos membros quais são as prioridades definidas pelo conselho escolar em relação aos recursos do PDDE, o secretário disse que priorizou os materiais de expediente, materiais de limpeza e os materiais permanentes para a secretária da escola; já a presidenta priorizou os materiais pedagógicos para a sala de aula visando o trabalho do professor e “o bem estar dos alunos”. Podemos compreender isso no relato dos dois membros entrevistados, o secretário e a presidenta desse conselho, como mostra a seguir:

Bem, as prioridades são eleitas através de reuniões do conselho com as demais equipes da escola. O conselho não é só o diretor, o presidente do conselho, o conselho faz parte de toda a comunidade escolar. Então, essas prioridades são elencadas dependendo das necessidades da escola. Então, nisso daí a gente elenca principalmente a parte de material de expediente, que é aquele que é consumido aqui na secretária da escola: material de limpeza e alguns materiais permanentes, que é a compra de capital. (O SECRETÁRIO).

Geralmente quando o recurso entra na conta do conselho da escola, os professores se reúnem junto com a direção e o conselho e os demais funcionários e a gente define as prioridades. A gente faz uma relação daquilo que é mais necessário para o desempenho do trabalho pedagógico e também para a qualidade no trabalho do professor na sala visando o bem estar do aluno. A gente procura adquirir os materiais pedagógicos com a orientação dos professores, porque eles são conhecedores da realidade dos alunos. Então, a gente lista e depois adquire. (A PRESIDENTA).

Diante do exposto, podemos perceber no relato da presidenta que as prioridades definidas pelo conselho escolar são para melhorar a qualidade do ensino, mas precisamos de recursos para investir “na estrutura física e pedagógica”, (RIBEIRO, 2007, p. 201). Esses recursos podem ser utilizados na compra dos materiais necessários ao funcionamento da escola, como, por exemplo, nas atividades realizadas em sala de aula, na formação continuada dos professores, na construção do projeto político pedagógico da escola, nos projetos desenvolvidos pela escola, nas pequenas reformas do prédio, na construção de rampas, na pintura e nas instalações elétricas.

Na terceira questão, fizemos o seguinte questionamento: como os produtos adquiridos com os recursos do programa são distribuídos na escola? As respostas do secretário e da presidente foram:

Primeiramente o conselho faz uma pesquisa de preço, certo? Então, são feitas três pesquisa de preço. O preço que for menor a gente vai e

compra o produto na loja e daí a gente passa um cheque, tira copia desse cheque e esse produto é adquirido para a escola, certo? Ele é distribuído para a escola depois dessa pesquisa de preço, né? E daí é que ele vem para a escola, certo? (O SECRETÁRIO).

É como são definidas as prioridades, né? A gente adquire os produtos e distribui em alguns pontos necessários, que é a limpeza da escola, e que é adquirido os diversos materiais e também os materiais pedagógicos, isso com o recurso de custeio. Com o recurso de capital adquirimos mobiliários, que são utilizados na secretária, cozinha, nas salas de aula, etc. (A PRESIDENTA).

Notamos no relato do secretário que é necessário fazer pelo menos três pesquisa de preço no mercado próximo da escola para que se possam adquirir os produtos com o menor preço e de melhor qualidade. Segundo a presidenta do conselho escolar, os produtos devem ser distribuídos de forma transparente em todos os setores da instituição de ensino, principalmente nas salas de aula.

Na quarta questão, buscamos conhecer sobre quais são os materiais a serem adquiridos para aquele ano letivo de 2014. O secretário e a presidenta responderam que estes materiais são adquiridos com os recursos das aplicações de capital e custeio, como podemos observar nos seus relatos:

Sim, como eu disse, os materiais são divididos. Como eu falei, vem a parte de capital e custeio, certo? E esse custeio ele é utilizado de várias formas: o custeio a gente compra o material de expediente tipo folha, álcool, extenso, canetas coisas que vão ser utilizado pela secretária, né? Algum toner para impressora, certo? E também esse material de custeio ele pode ser comprado alguns produtos, alguns materiais para reparo do tipo uma fechadura, um ferrolho que quebre. Então, tudo isso é comprado com esse de custeio; o outro o capital, a gente compra bens permanentes, né? Esse ano, elencamos como prioridade aqui agente comprou uma escada, certo? E um micro system, né? E ficou faltando o restante porque agente estava esperando entrar a segunda parcela que era para o aparelho de DVD, que foi elencado pela equipe escolar. Devido as necessidades da escola, agente elencou esses três produtos principais para ficar como bem para o patrimônio público. (O SECRETÁRIO).

É adquirimos com esses recursos armários para a sala dos professores, é ventiladores, notebook, micro system. Isso com o recurso de capital e com o de custeio adquirimos material pedagógico, material de limpeza como água sanitária, sabão em pó, o material de limpeza em geral, e o recurso pedagógico folhas, lápis, quites para que o professor desenvolva o trabalho na sala de aula, cadernos, lápis e borrachas, grampeadores, material de expediente no geral e também no recurso

de capital lembrando que a gente adquiriu caixa de som, microfones e alguns objetos que são indispensável para o trabalho da escola fluir, e os materiais pedagógicos adquirimos com os recursos do PDDE campo.

Além do material de expediente, agente adquiriu esqueletos, globos terrestres, um microscópio para as aulas de ciências, mapas, vários recursos nesse sentido. (A PRESIDENTA).

Diante do exposto, podemos perceber nos relatos do secretário e da presidenta do conselho escolar que os recursos das aplicações de custeio são repassados para a compra dos materiais utilizados no dia a dia escolar: lápis, pincel atômico, cartolina, jogos pedagógicos, globo terrestre para as aulas de Geografia, EVA, tesoura, lapiseira, borracha, cola, álcool, toner para impressora, matérias de limpeza, caderno de atas, materiais de segurança: cadeados, fechaduras; materiais das instalações elétricas: fios, tomadas; materiais de reformas das salas, como, por exemplo, tinta, cimento, blocos, telhas. O capital é adquirido os materiais permanentes que irão ficar para o patrimônio público: ventiladores para a sala de aula, bebedouros computadores, data show, fogão, geladeira, microsystem, microfones, caixas de sons, TV, aparelho de DVD, etc.

Na quinta questão, perguntamos aos membros do conselho qual o desafio do conselho escolar em relação às exigências do PDDE? O secretário entrevistado respondeu da seguinte forma:

Assim, o conselho tem muitos desafios, né? Geralmente os conselhos são apenas executores, ou seja, eles pegam os recursos que vem do Governo Federal e executam, mas nós sabemos que o conselho não tem só essa função de executar os recursos, ele faz parte de toda a escola na parte deliberativa e também um dos desafios que a gente encontra é a falta de pessoas para querer trabalhar no conselho, porque é um trabalho voluntário e a gente não ganha nenhum incentivo salarial. Os trabalhos que a gente faz têm que ser de acordo com outras horas de trabalho e eu não posso deixar meu trabalho para resolver as coisas do conselho. Porque senão eu sou, digamos assim, penalizado. Então, isso é um desafio e muita gente não quer, como é um trabalho voluntário não querem participar do conselho porque é um trabalho que eles não vão exercer de graça e não vão receber nada por ele. Isso é um grande desafio da gente encontrar pessoas que queiram trabalhar no conselho. (O SECRETÁRIO).

Essa afirmação do secretário do conselho reafirma uma das principais dificuldades para se formar um conselho comprometido com a escola, ou seja, a falta de profissionais para participar desses conselhos porque não recebem “nenhum incentivo salarial” do programa.

Segundo Adrião e Peroni (2007, p. 258), “o programa exige, como condição para o recebimento dos recursos diretamente pelas escolas, a existência de Unidades Executoras (UEX): entidades de direito privado, sem fins lucrativos e que possuam representantes da comunidade escolar”. Assim, o conselho escolar é a unidade executora que deveria administrar os recursos do FNDE destinados às escolas. Esses recursos não podem ser gastos com os funcionários da escola, porque têm finalidades específicas na sua destinação.

Assim, a presidenta do conselho compreende que é grande a responsabilidade e o desafio para cuidar dos recursos destinados ao PDDE, porque se trata de uma verba pública pertencente a toda uma comunidade escolar sob a responsabilidade do conselho escolar, que deve ser prestado contas:

Olha como é um recurso público, né? E nós sabemos que o recurso público é uma responsabilidade ainda maior, porque não é recurso de um grupo apenas, mas de uma comunidade no geral, é uma responsabilidade muito grande e a gente tem um desafio quando se vai fazer as prestações de conta, quando fazer as tomadas de preço, né? Tudo isso faz a gente pensar e colocar tudo, principalmente os recursos que vem para a escola que visa atender ao público do alunado que é indispensável para o nosso futuro. Então, agente tem ainda mais que ter essas responsabilidades para que possa servir de espelho futuramente. (A PRESIDENTA).

Neste relato da presidenta, podemos observar que há uma enorme dificuldade no momento de fazer as prestações de contas, pois os recursos públicos exigem uma melhor transparência possível, porque tudo que é público deve ser visto e ouvido por um maior número de pessoas possível (ARENDETT, 2008), uma vez que há uma intrínseca relação entre espaço público, política, democracia e cidadania, pois “Esta relação entre política, democracia e cidadania ganha maior significado quando, por exemplo, entendemos que pensar politicamente significa pensar tendo em vista o interesse coletivo e/ou da maioria” (SOUSA, 2012, p.139).

Sobre os desafios do conselho, podemos, por exemplo, verificar que para assinar os cheques deve ser dois representantes do conselho escolar, responsáveis pela parte financeira, que pode ser um representante dos pais juntamente com outro membro desse conselho (ADRIÃO; PERONI, 2007).

Na sexta questão, perguntamos aos membros quais os pontos positivos do programa? Em resposta a esta indagação, podemos observar uma análise positiva no sentido de que receber os recursos diretamente pela escola lhes dá maior autonomia para decidir sobre

como atender as necessidades mais urgentes da escola a partir de decisões coletivas locais. Assim, seus relatos foram o seguinte:

Olha o ponto positivo do PDDE foi a autonomia da escola, né? Antigamente, os dinheiros vinham para a prefeitura e a prefeitura era quem passava os produtos para escola. Hoje não, o dinheiro vem direto para conta do conselho e isso dá uma autonomia à escola, porque a gente sabe das reais necessidades da escola, certo? Então, cada escola vai, digamos assim, saber o que ela tá precisando e compra aquilo de acordo com suas necessidades. Então, deu essa autonomia a escola, o que antes não era possível porque o dinheiro vinha para prefeitura. Então, a prefeitura não tinha, digamos assim, uma certa noção do que a escola estava precisando, e, agora não, você compra de acordo com a necessidade da escola: se a escola tá precisando, por exemplo, de um ventilador a gente vai ver essa necessidade, se precisa mais folha do que álcool, a gente tá sabendo; e antigamente não se tinha essa noção. Então, foi muito bom para dar autonomia a escola, certo, os recursos do PDDE. (O SECRETÁRIO).

Olha, eu sempre vi o PDDE até atentes de participar do conselho como um dos pontos primordiais hoje no trabalho escolar, porque o PDDE ele é um recurso que traz autonomia para a escola: a escola tem autonomia em adquirir o material de acordo com a sua necessidade, reconhecendo suas prioridades, vendo as prioridades dos professores para desenvolver o seu trabalho dentro de cada metodologia. E acredito que esse é um dos pontos positivo dele: a autonomia das escolas. (A PRESIDENTA).

Assim, podemos perceber que a descentralização das políticas educacionais, a partir do PDDE, tem sido, em certo sentido, positiva ao possibilitar maior autonomia para a escola, pois como vimos anteriormente, os próprios membros do conselho realizam as compras de acordo com as necessidades da escola, permitindo a relação direta entre a escola contemplada e o FNDE, e quase sem a interferência da prefeitura.

Na sétima questão, sentimos a necessidade de indagar aos membros do conselho escolar qual a participação dos alunos nas decisões sobre a compra dos produtos? O secretário e a presidenta responderam que:

Bem, a participação dos alunos ela é bem menor do que as dos demais conselheiros, certo? Visto porque uma boa parte dos materiais eles são comprados visando à prática em sala e os alunos tem uma participação mínima, só mais na parte de jogos pedagógicos que eles atuam. Mas essa parte é bem reduzida, devido a quem geralmente discute essa compra é mais a parte dos professores porque a maioria dos conselheiros eles são professores. O conselho só tem um responsável

pelos alunos e não tem muitos participantes, por isso essa participação é um pouco reduzida. (O SECRETÁRIO).

Assim, diretamente eles não participam assim, não sugerem, mas cada professor vai fazendo um levantamento daquilo que é necessário, e, em concordância com os alunos, eles repassam o material que precisa ser adquirido, e, então, o conselho, dentro das normas que são estabelecidas, adquire esses produtos. (A PRESIDENTA).

A partir da resposta do secretário e da presidenta do conselho escolar, podemos afirmar que o conselho procura aumentar a participação de todos os membros nas decisões sobre a compra dos produtos, embora a participação dos alunos ainda esteja aquém da desejada em uma gestão democrática na escola pública. Assim, essa participação dos alunos fica restrita à capacidade dos professores, em sala de aula, perceber suas necessidades, que através de diálogos com os alunos indagam sobre o que eles estão precisando de mais urgente, a exemplo de um lápis ou de uma borracha para as atividades que são realizadas em sala de aula.

Desta forma, podemos perceber nas falas da presidenta e do secretário que eles não consultam os alunos. Essa participação restrita que ambos mencionaram está vinculada à falta de incentivos por parte da escola.

Na oitava questão, indagamos aos membros do conselho escolar sobre quem e como o conselho presta conta dos recursos recebidos? O secretário comentou que, inicialmente, fazemos uma prestação de conta para a comunidade escolar por meio de atas de reuniões, e, somente depois, repassa essas informações para a Secretaria de Educação ou para o contador financeiro da prefeitura. A presidenta também afirma que faz as prestações de contas online, que é uma forma mais rápida de prestar contas ao Governo. As respostas do secretário e da presidenta foram a seguinte:

Primeiramente, a gente faz uma prestação de conta interna, ou seja, a gente faz uma prestação de conta para a comunidade escolar; faz uma reunião e consta isso em ata. Essa prestação ela é repassada para a Secretária de Educação e a Secretária de Educação repassa para o contador financeiro da prefeitura, certo? Então, é feita essa etapa primeiro: a gente presta conta à escola, a comunidade escolar, e depois essa prestação ela é enviada para a prefeitura, ou seja, para a Secretária de Educação, que vai enviar para o órgão competente, no caso o contador. (O SECRETÁRIO).

A prestação de contas do conselho é feita através da secretária para o escritório de contabilidade da prefeitura, para o contador da prefeitura através de documentos impressos, e, em algumas vezes, quando esses

documentos por algum motivo não chegam em tempo real, a gente manda online e depois a gente envia novamente documentos impressos para melhor comprovação. (A PRESIDENTA).

Mediante aos relatos dos membros do conselho escolar, podemos dizer que as prestações de contas dos recursos recebidos em uma escola pública do município devem ser repassadas para a prefeitura, que envia os dados online ao FNDE. Segundo Adrião e Peroni (2007, p. 261), a “lógica do programa e reforçada pela preocupação das UEX com a correta prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União (TCU)”. Os membros do conselho podem colocar em anexo os seguintes comprovantes: o extrato bancário da conta do PDDE e a relação de todos os gastos com os produtos comprados.

Ao final da entrevista, perguntamos **se existe algum tipo de auditoria das contas do conselho? Quem a realiza?** Os membros entenderam que não vem ninguém da prefeitura fiscalizar eles, só que o secretário comenta que o responsável é o “contador financeiro da prefeitura”, o secretário e a presidenta do conselho escolar fizeram o seguinte relato:

Olha na nossa escola nunca houve nenhuma auditoria das contas, mas o responsável por isso é o contador da prefeitura, porque se tem alguma pendência ou algum fato notório da escola, geralmente quem é o responsável é o contador, né? Geralmente só vai lá o pessoal da Secretária da Educação quando a gente faz o termo de doação e ele vai lá tombar. Mas auditoria, olhar, essas coisas assim nunca teve na nossa escola. (O SECRETÁRIO).

É até então a gente não teve nem um tipo de auditoria, né? A Secretária de Educação sempre fica monitorando o trabalho da gente quando entra dinheiro, quando tá na época da prestação de conta pedindo que a gente agilize essa prestação de conta para que não venham danos futuros, porque se a gente não fizer isso, e, pelo menos no período que eu estou na presidência do conselho, até então, a gente nunca teve nenhum problema em relação às prestações de contas. (A PRESIDENTA).

Então, podemos observar na resposta dos membros do conselho escolar, que a fiscalização dos recursos do PDDE pode ser feita pela prefeitura, pela comunidade escolar, pelo FNDE, e também pelo Tribunal de Contas.

Pelos limites deste trabalho, não foi possível, no momento, trabalhar com os pontos negativos do PDDE.

CONCLUSÃO

Por meio deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), podemos perceber que uma das principais implicações que o PDDE apresenta é o elo que este faz entre os recursos educacionais e as prioridades da escola. Isso foi muito importante porque desenvolvemos nossas compreensões junto com os membros do conselho escolar entrevistados.

Nesse sentido, foi elaborado alguns objetivos para fornecer a nossa pesquisa: analisar os materiais definidos pelo conselho escolar em relação aos recursos do PDDE, investigar as concepções dos membros do conselho escolar sobre as prioridades e verificar os desafios do conselho escolar diante as exigências do PDDE.

A partir dos relatos textuais dos membros do conselho escolar, em uma escola pública de Bonito de Santa Fé/PB, percebemos que os recursos do PDDE são para as prioridades de materiais utilizados no cotidiano escolar. Assim, percebemos que a presidente priorizou os materiais pedagógicos na sala de aula para melhorar a qualidade do ensino dos professores, visando “o bem estar dos alunos”. Já o secretário priorizou os materiais de expediente, como os materiais de limpeza e os materiais permanentes para a secretaria da escola.

Nesta perspectiva, constatamos que as decisões sobre a compras dos produtos estão sob a responsabilidade do secretário e da presidente, pois eles podem administrar os recursos destinados ao PDDE.

Durante toda a pesquisa, percebemos que muitos desafios a escola precisa enfrentar na administração sobre os recursos do PDDE, pois, segundo o secretário do conselho, encontramos a falta de profissionais para participar do conselho, porque não recebem “nenhum incentivo salarial” em relação ao programa do Governo Federal.

Ficou notório que as prestações de contas dos recursos recebidos do PDDE são repassadas para a prefeitura, que envia os dados online ao FNDE, em que podem colocar o extrato bancário da conta do programa e a relação de todos os produtos adquiridos. A fiscalização das contas do conselho é feita pela própria prefeitura e acompanhada pela comunidade escolar, e também pelo tribunal de contas para fiscalizar.

Desta forma, compreendemos nas leituras realizadas que o PDDE é um programa muito importante para o desenvolvimento da escola. É, a partir dele que os recursos que vem do salário educação são investidos em uma instituição de ensino pública, recursos esses que são aplicados na infraestrutura e pedagógica da escola.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa, PERONI, Vera. Implicações do programa dinheiro direto na escola para a gestão da escola pública. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 98, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a13v2898.pdf> acesso em: 22/09/2015.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BASSI, Marcos Edgar. Financiamento da educação infantil em seis capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*. V. 41, n. 142, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a07.pdf> acesso em: 22/09/2015.

BOGDAN, Robert C. BIKLEN, Sari Knoop. *Investigação qualitativa em educação*. Tradutores: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Revisor: Antonio Branco Vasco. Editora Porto, Portugal, 1994.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 28, n.100 – Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf> acesso em: 17/10/2015.

RIBEIRO, Sheila Andreia. A gestão escolar democrática e o programa dinheiro direto na escola (PDDE). Uma análise em escolas públicas de Porto Velho/Rondônia. *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa, n. 10, pp. 201-201, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n10/n10a23.pdf> acesso em: 22/09/2015.

SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. A política de financiamento da educação básica no Brasil: apontamentos para o debate. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade, DUARTE, Marisa R. T. (orgs.) *Política e estrutura*. 3. Edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUSA, Francisco das Chagas de Loiola. A gestão escolar entre o pessoal e o profissional. In: DIÓGENES, Elione Maria Nogueira, ANDRADE, Francisco Ari de. (orgs). *Temas de Educação: olhares e caminhos*. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

SOUSA, Francisco das Chagas de Loiola. Política, espaço público, democracia e cidadania uma reflexão necessária. In: SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; ANDRADE, Francisco Ari de. (orgs). Ditos e interditos em educação brasileira. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.

YANAGUITA, Adriana Inácio. Financiamento da educação no Brasil (1990-2010): impactos no padrão de gestão do ensino fundamental. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. 142 f, Marília, 2013.

ANEXO



Universidade Federal
de Campina Grande



CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

PESQUISA DE CAMPO

ORIENTADOR: Francisco das Chagas de Loiola Sousa

DISCENTE: Francisco Orlando Cezario

ENTREVISTA

1. Quanto vem de recursos do PDDE?
2. Quais as prioridades definidas pelo conselho escolar em relação aos recursos do PDDE?
3. Como os produtos adquiridos são distribuídos?
4. Quais os materiais?
5. Qual o desafio do conselho escolar em relação as exigências do PDDE?
6. O que você considera de ponto positivo do PDDE?
7. Qual a participação dos alunos nas decisões sobre a compra dos produtos? Exemplos?
8. A quem e como o conselho presta conta dos recursos recebidos?
9. Se existe algum tipo de auditoria das contas do conselho? Quem a realiza?

membros: Izabela Maria de Souza, presidente; Juscelmar Leite da Silva, vice-presidente; Antonio Marcos da Silva Andrade, secretário; Eliza Maria Dunga Sausa, representante do magistério; Josefa Oliveira da Silva, representante dos funcionários; Suzia Maria da Silva, representante dos pais e Isomênia Diniz Oliveira, representante dos alunos. Nada mais a declarar a ata foi lida e assinada por todos os presentes. Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professor João Nery, Distrito de Piana, Bonito de Santa Fé, 02 de Agosto de 2013.

Maria Eliada Cordeiro da Silva, Josefa Oliveira da Silva, Suzia Maria da Silva, Isomênia Diniz Oliveira, Estéfane Williams da Silva, Izabela Maria de Souza, Eliza Maria Dunga Sausa, Rochane Leite de Arauda, Janice Correa da Silva, Maria Nazareth de Arauda, Almiria das Graças Silva Paudima, Rochane Leite de Arauda, Edna de Sousa Laji, Francisco Paulo de Arauda, Plávia M. V. Marinho, Juscelmar Leite da Silva (Pereira), Valmir Brito Vitorino, Nazareth de Arauda, Janice Correa da Silva, Antonio Marcos da Silva Andrade.

Ata de reunião do Conselho escolar da E.M.E.I.F Professor João Nery para a elaboração do Plano de Aplicação do Programa Educação no Campo. Aos dezesseis dias do mês de agosto de 2013 na sede da EMEIF Professor João Nery, o Conselho escolar, a equipe Gestora, os professores, pais de alunos e alunos estiveram reunidos para a elaboração do Plano de Aplicação do Programa Educação no Campo. A Diretora Rochane Leite de Arauda fez a abertura e falou da importância do Programa Educação no Campo para a escola. Em seguida foram discutidas as principais prioridades para serem aplicadas na escola Professor João Nery e dentre elas viu-se a necessidade de colocar um livro no telhado bem

... e também pela doação da geladeira para a Maria de Fátima Pereira, por ser uma pessoa que fez e faz muito pela escola. Falou das atividades que estão sendo feitas na referida escola. (A) disse, O secretário falou da doação dos livros a ASCAMAR. (Associação de Catadores de Material Reciclável de Bonito de Santa Fé - PB). Não tendo mais nenhum assunto a tratar, a ata foi lida e assinada pelos presentes. Distrito de Viana Bonito de Santa Fé - PB. 25 de fevereiro de 2013.
 Francisca Dionísia Oliveira da Silva, Maria José Landra das Neves, Josemar José da Silva Pereira, Nádia de Fátima Pereira, Janiêga Condeiro de Brito, Maria de Fátima P. de Freitas, Maria Inami Leonardo de Sousa, Jocelione Pinto da Silva, Rocleane Leite de Araúda, Ivanilda Maria de Souza, Manoel Carlos Cezário, Antonio Marcos da Silva e Adriano
 Ata de Reunião para renovação do Conselho.

Ata de reunião da Pauta da eleição para renovação dos membros do Conselho da Escola Municipal Professor João Nery - Distrito de Viana, Aos 02 de do mês de Agosto do ano de dois mil e treze (02/08/2013), nas dependências da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professor João Nery Distrito de Viana - Bonito de Santa Fé, contou com a presença dos professores, funcionários, alunos pais, além da direção da escola, todos em clima de muita harmonia. Iniciou-se com a fala da professora Ivanilda Maria de Souza quando explica o assunto da reunião e assim leu para todos o Estatuto e suas deliberações, explicando também o motivo de tanta urgência de renovar o Conselho. A professora explica a composição do Conselho e diz ainda como devem ser pênulas dos seus membros. Deixou tudo explicado e bem detalhado e sem mais nada a declarar encerrou

Janice Correia da Silva, Rochelle Leite de Arruda²⁵
 Ivanilda Maria de Souza, Rochelle Leite de Arruda,
 Robélia Maria Vieira Marinho, Fátima Rosa da Silva,
 Antônio Marcos da Silva
 Andrade. SUZIE MARIA DA SILVA,

Ata de Reunião para Renovação do Conselho.

Ata de reunião da pauta da eleição para a renovação dos membros do Conselho Escolar da Escola Municipal Professor João Nery - Distrito de Viana; Aos 20 dias do mês de Agosto de dois mil e quinze (20/08/2015) nas dependências da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professor João Nery Distrito de Viana Bonito de Santa Fé, contou com a presença dos professores, funcionários, pais, e alunos, além da direção da escola, todos em clima de muita harmonia. Iniciou-se com a fala da gestora Escolar Rochelle Leite de Arruda, que explicou do que tratava a reunião e também da importância do Conselho Escolar para o bom andamento da instituição de ensino. Leu o Estatuto do Conselho Escolar e as deliberações e responsabilidades de cada membro. De acordo com o Estatuto do Conselho e para fins de movimentação financeira foram escolhidos: Ivanilda Maria de Souza - Presidente CPF. 911129074-91 e Antônio Marcos da Silva Andrade - Secretário - CPF. 040899934-05 os demais membros; Robélia Maria Vieira Marinho, representante dos pais; Eliza Maria Dunga Sousa, representante do magistério; Rochelle Leite de Arruda, representante dos funcionários; Leuzia Maria da Silva, representante dos pais e Edivânia Raimundo dos Santos, representante dos alunos. Nada mais a declarar a ata foi lida e assinada por todos os presentes. Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professor João Nery - Distrito de

Maria da Glória, Maria da Graça, Maria
 Clara da Silva Andrade, Ilamiza Condoso de Brito
 Silviana Raimunda dos Santos, Raebis
 Leite de Almeida, Janice Correia da Silva,
 Helena Maria Vieira Marinho, Jacyra Janythy,
 Izolda Nascimento Calisto da Silva, Josemar Leis da
 Silva Pereira, Manoel Carlos Lyrio, Dulcia Maria das
 Ana Carla Silva Santos, Elza Maria D. Sousa